

Venezuela em transe

Ação de acolhimento é o foco na fronteira

Maior preocupação das autoridades na divisa com a Venezuela, em Roraima, é manter desimpedido o fluxo de refugiados que chegam ao território brasileiro

» IAGO MAC CORD
» LUANA PATRIOLINO



Nossa tropa já vem na execução desses procedimentos há muito tempo. É uma tropa experiente, uma tropa profissional. Nossa orientação é manter a cordialidade com aqueles que buscam entrar no território brasileiro e, obviamente, cumprir nosso papel, que é coibir a entrada ilícita, fazer o patrulhamento e o monitoramento. Essa é nossa orientação"

General Roberto Angrizani, comandante do Exército em Roraima

A principal preocupação das autoridades brasileiras no norte de Roraima é manter o acolhimento de venezuelanos que buscam refúgio no Brasil, sobretudo depois do sequestro do ditador Nicolás Maduro e da mulher, Cilia Flores. Segundo o Exército, por ora não houve necessidade de reforço no efetivo ou mudanças na atuação por causa do ataque norte-americano, no último sábado.

O general Roberto Angrizani, comandante da Força no estado, reforçou que o foco permanece sendo o monitoramento e a coibição de entradas ilícitas. "Nossa tropa já vem na execução desses procedimentos há muito tempo. É uma tropa experiente, uma tropa profissional. Nossa orientação é manter a cordialidade com aqueles que buscam entrar no território brasileiro e, obviamente, cumprir nosso papel, que é coibir a entrada ilícita, fazer o patrulhamento e o monitoramento. Essa é nossa orientação", explicou.

Paracaraima continua sendo a principal porta de entrada para imigrantes venezuelanos. Segundo o Observatório de Migrações Internacionais (OBMigra), entre 2015 e 2024 elas representaram 93,6% do total de refugiados em solo brasileiro e, de 2015 a 2024, Roraima concentrou 61,2% de todas as solicitações de abrigo no país. Para ordenar o fluxo migratório, foram criadas estruturas de acolhimento, como o Alojamento BV-8 (para não indígenas) e o Abrigo Janokoiada (para indígenas).

Entre 2022 e 2023, os venezuelanos responderam por 82,9% das solicitações de refúgio no Norte, com Paracaraima e Boa Vista (capital de Roraima) sendo as cidades que mais acolheram esses pedidos. A maioria dos solicitantes tem perfil jovem, com destaque para a faixa de 25 a 39 anos, além de uma alta incidência de crianças e adolescentes (menores de 18 anos) — que, em 2024, representaram cerca de 40,3% das solicitações.

Criada em 2018, a Operação Acolhida tem sido a principal resposta do governo brasileiro para mitigar os impactos da imigração desordenada em Roraima. Coordenada pelo Ministério da Defesa, funciona sob um modelo interagências, envolvendo mais de 120 instituições, incluindo agências da Organização das Nações Unidas, ONGs e órgãos federais, estaduais e municipais. Até meados de 2024, a operação recebeu mais de 125 mil venezuelanos

distribuídos em mais de mil municípios brasileiros.

Turistas

Depois de dois dias impedidos de sair da costa norte da Venezuela, um grupo de 100 brasileiros chegou ao Brasil na manhã de ontem. Os turistas ficaram no país devido ao fechamento do espaço aéreo por causa do ataque das forças militares norte-americanas. Eles desembarcaram no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP). Não há registro de vítimas ou feridos entre a comunidade brasileira em território venezuelano.

"Nossa embaixada em Caracas segue acompanhando com atenção não apenas o desenrolar dos acontecimentos, mas, também, a situação da comunidade brasileira naquele país, não havendo qualquer relato de vítimas ou feridas na comunidade brasileira", disse a ministra interina das

Relações Exteriores (MRE), Maria Laura da Rocha.

Também ontem, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou que a pasta vai enviar insumos de diálise, necessários para tratamento de problemas renais, para a Venezuela, após a ação militar dos EUA. Isso porque o ataque norte-americano destruiu um centro de distribuição dos aparatos médicos no país vizinho.

"Estamos buscando mobilizar, com empresas privadas no Brasil, insumos para diálise e medicamentos e vamos dar esse apoio para o povo venezuelano, que teve o seu centro de distribuição atacado, o que pode significar o desabastecimento desses insumos. Eles têm cerca de 16 mil pacientes que fazem tratamento de diálise. Isso é mais ou menos 10% do que o Brasil tem no SUS", afirmou Padilha, acrescentando que a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) pediu ajuda ao governo brasileiro.

Padilha destacou que o governo brasileiro irá auxiliar a saúde venezuelana por causa da proximidade com o país e pela ajuda vinda do governo de Caracas na crise de falta de oxigênio em Manaus, no início de 2021, durante o auge da pandemia da covid-19.

"Um conflito bélico como esse tem impactos diretos, às vezes, nos serviços de saúde. Por ser um país vizinho ao nosso, o Brasil sempre estará à disposição e mobilizado para ajudar por razões humanitárias. A gente não pode esquecer que, quando teve o colapso de oxigênio em Manaus, vieram 135 mil metros cúbicos de oxigênio da Venezuela para salvar o povo brasileiro", lembrou Padilha. (Com Agência Brasil)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azevedo

luizacedo.df@dab.com.br

maurenilton



Ao sequestrar Maduro, Trump manda um recado ao mundo

A captura de Nicolás Maduro por forças dos Estados Unidos, seguida de sua apresentação algemado em um tribunal de Nova York, não é apenas um ato de força na crise venezuelana. O presidente Donald Trump sinaliza que considera o Hemisfério Ocidental sua área de influência direta e o continente americano um ativo econômico e de segurança dos Estados Unidos. A operação — executada sem autorização do Congresso e justificada como ação contra o narcotráfico — foi celebrada publicamente por Trump e por seu secretário de Estado, Marco Rubio, como prova de que Washington está disposto a "sustentar palavras com ação militar".

A narrativa oficial insiste que os EUA não estão em guerra contra a Venezuela, mas contra organizações criminosas. No entanto, o próprio Trump desmente essa tese ao afirmar que os EUA "governarão" a Venezuela até uma transição "segura, adequada e justa", e ao falar abertamente em administrar a indústria petrolifera do país como compensação histórica. Esse gesto recoloca no centro do tabuleiro a lógica da Doutrina Monroe, agora rebatizada de forma explícita e provocativa como "Doutrina Donroe".

Ao afirmar que a dominância norte-americana no Hemisfério Ocidental "nunca mais será questionada", Trump atualiza uma tradição intervencionista que atravessa dois séculos e reaparece, ciclicamente, sempre que Washington decide substituir a diplomacia pela força. A diferença, agora, é a franqueza: não se trata de promover democracia, mas de impor ordem, controle e acesso a recursos. Mas a crise está longe de terminar com o sequestro de Maduro e a retórica neointerperialista.

A posse de Delcy Rodríguez como presidente interina, conduzida pelo irmão e presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, está em contradição com o status venezuelano anunciado por Trump. Embora afirme ter obtido cooperação de Delcy, o discurso da nova presidente interina denuncia "agressão militar ilegítima" e exalta Maduro e Cilia Flores como "heróis". O regime chavista não colapsou automaticamente. Suas redes militares, civis e econômicas permanecem, em grande medida, intactas.

Entretanto, o recado de Trump não se limita a Caracas. Ao ameaçar o presidente colombiano Gustavo Petro, sugerir que "algo terá de ser feito" com o México e recolocar Cuba no radar, Washington deixa claro que a soberania regional é relativa quando confronta interesses estratégicos americanos. A reação de Petro — ao admitir, ainda que retoricamente, a disposição de "pegar em armas" para defender seu país — evidencia o potencial efeito dominô de uma política que reabilita o uso da força como base para a diplomacia e não a institucionalidade das relações internacionais.

Desestabilização

No plano internacional, a repercussão foi imediata. No Conselho de Segurança da ONU, a maioria dos países rejeitou a intervenção e invocou a Carta das Nações Unidas. Ainda assim, a condenação diplomática pouco altera o fato consumado: os EUA capturaram um chefe de Estado estrangeiro e o submeteram à sua jurisdição. A fragilização das regras internacionais — já abalada antes —, porém, pode servir às potências concorrentes. O senador americano Mark Warner alertou que, se Washington se arroga o direito de sequestrar líderes acusados de crimes, ações semelhantes da China sobre Taiwan ou da Rússia em outros teatros também podem ocorrer.

Militarmente, Trump vê a Venezuela como cabeça de ponte da China, da Rússia e do Irã para controlar os recursos estratégicos da América Latina. Não esconde seu interesse nas reservas minerais e petroliferas venezuelanas, nem a intenção de reabrir espaço para empresas americanas. Ao afirmar que a riqueza extraída beneficiará também os EUA "na forma de compensação", o presidente norte-americano explicita uma visão patrimonial das relações internacionais: territórios instáveis tornam-se ativos a serem administrados por quem detém poder militar. Essa lógica não se restringe ao sul. Trump quer anexar a Groenlândia e ameaça o México e o Canadá.

No curso prazo, Trump ostenta uma força irresistível, porém os ciclos históricos mostram o contrário: no Iraque e no Afeganistão, vitórias militares rápidas produziram derrotas políticas duradouras. Na América Latina, o Haiti permanece como advertência viva: a mudança de regime imposta de fora abriu caminho para décadas de colapso. A Venezuela, com suas milícias, redes criminosas e a presença de grupos armados transnacionais, reúne ingredientes semelhantes para o caos, com fortes repercussões para a Colômbia, o Brasil, a Guiana e o Caribe.

Ao final, o julgamento de Maduro é menos sobre justiça e mais sobre demonstração de hegemonia. Trump anuncia que os EUA definem as regras no Hemisfério Ocidental e que estão dispostos a convertê-lo em espaço de segurança e exploração econômica sob tutela norte-americana. O gesto rende ganhos táticos e aplausos domésticos, mas é um erro estratégico: abala o direito internacional, amplia a instabilidade regional e convida outras potências a imitarem o método, para manter e/ou ampliar suas áreas de influência. É como se fosse uma nova divisão do mundo sem Conferência de Yalta. Trump abre um novo ciclo de turbulência, no qual o continente é tratado como propriedade geopolítica. Historicamente, isso nunca deu certo.



Ao longo da caminhada entre o Museu da República e a Embaixada dos EUA, os manifestantes ouviram provocações de apoiadores de Trump

Provocações marcam ato anti-Trump

» VITÓRIA TORRES

Manifestantes realizaram, ontem, um ato em protesto contra o ataque das forças dos Estados Unidos à Venezuela e em repúdio aos sequestros do ditador Nicolás Maduro e da mulher dele, Cilia Flores. A concentração teve início em frente ao Museu Nacional da República e reuniu cerca de 250 pessoas.

Com bandeiras, faixas e palavras de ordem, os participantes criticaram a política externa norte-americana para a América Latina e defenderam a soberania dos países do continente. No ato, foram entoados gritos como "Fora Trump da América Latina, "A América Latina

vai ser toda socialista" e "Se cuida, imperialista". Após a concentração inicial, o grupo seguiu em marcha até a Embaixada dos Estados Unidos. Dezenas de policiais acompanharam os manifestantes.

O protesto ocorreu pacificamente, mas houve momentos de tensão no trajeto entre o museu e a embaixada. Algumas pessoas contrárias ao protesto e apoiadoras do ataque norte-americano à Venezuela provocaram os participantes, o que gerou bate-bocas.

"Não é possível que vamos aceitar passivamente uma intervenção como está acontecendo na Venezuela. Estamos aqui para uma ameaça ao Brasil. A intenção deles é invadir o nosso continente e não podemos deixar."

Para Rosa Linh, 25, estudante e militante do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores, a ação contra a Venezuela é um fator de instabilidade na América Latina. "Queria ressaltar todo o nosso repúdio a esse regime imperialista. Os EUA estão fazendo jus ao seu histórico golpista", disse.

A militante Santa Alves, do movimento União de Negras e Negros pela Igualdade, classificou a ação militar dos EUA como "um ato desumano que fizeram contra a população da Venezuela. Estamos juntos na luta para defender o nosso Brasil. A intenção deles é invadir o nosso continente e não podemos deixar."